



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1895 a 1908



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

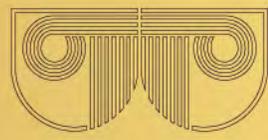


Agradecimientos

Agradecimientos

Agradecimentos

Às estagiárias do curso de História e pesquisadoras
Ana Julia Reches, Gabriela Araldi e Maria Eduarda Costa
Foschi Martins.



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
<i>Um pouco da nossa história</i>	11
CAPÍTULO 3 – VOLUME 3	
<i>Terceira sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizada na Rua Trajano (1895-1908). DE SETEMBRO A NOVEMBRO: TREZE ANOS</i>	17
<i>Listagem de 5 desembargadores por ordem alfabética</i>	19
<i>Biografia do Desembargador Antero Francisco de Assis</i>	21
<i>Biografia do Desembargador Felisberto Elysio Bezerra Montenegro</i> ...24	
<i>Biografia do Desembargador José Virgolino Correia de Queiroz</i>	26
<i>Biografia do Desembargador Manoel Cavalcante de Arruda Câmara</i> ...28	
<i>Biografia do Desembargador Vasco Albuquerque Gama</i>	31
ANEXOS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42



Introdução



Introdução

A divisão deste trabalho se deu em capítulos, pensados a partir da linha do tempo de ocupação das diversas sedes que abrigaram e abrigam o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Capital, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até os dias atuais, em 131 anos de história.

Já foram apresentados o volume 1, quando do lançamento do presente projeto piloto, por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação de nosso Sodalício (1º de outubro), em sessão do Órgão Especial (5 de outubro de 2022), e o volume 2, por ocasião da comemoração do Dia do Arquivista (20 de outubro).

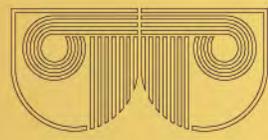
O conteúdo deste terceiro volume foi desenvolvido para apresentar a nominata e a biografia dos cinco desembargadores que passaram a integrar o Poder Judiciário de Segundo Grau do Estado de Santa Catarina, na nova sede, localizada na rua Trajano, no período de 1895 a 1908. Será lançado por ocasião da comemoração do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional – 29 de outubro).

As biografias aqui compiladas são fruto de pesquisas permanentes e em constante complementação. Como se considera tarefa delicada escrever sobre autoridades, pessoas que são exemplos de coragem, esmero, dedicação, valores, inteligência e princípios, merecedoras de ter a memória perpetuada para além do título de desembargador(a) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a compilação se estrutura numa matriz biográfica que contém o nome do desembargador ou da desembargadora, acompanhado do local e da data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador(a), trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, outros e fonte. Os volumes ainda serão guarnecidos de fotos da respectiva sede do Poder Judiciário estadual e de alguns dos desembargadores daquele período.

O artigo que integra este capítulo e volume apresenta um pouco da história do segundo grau de jurisdição de nosso Estado. Já foi publicado no livro “Tribunal de Justiça de Santa Catarina: memórias dos 110 anos” (edição comemorativa: 1891-2001), cuja coordenação geral do projeto e pesquisa histórica ficou a cargo da servidora e historiadora Orivalda Lima Silva.

Ao final, é oportuno registrar que toda contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para ddi.museu@tjsc.jus.br.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário
do Estado de Santa Catarina



*Um pouco da
nossa história*





Um pouco da nossa história

O início da República

A primeira fase da história republicana, que abrange desde os acontecimentos relacionados à proclamação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, em 1894, é chamada de República da Espada, por haverem ocupado a presidência dois marechais de grande prestígio: Manoel Deodoro da Fonseca e Floriano Vieira Peixoto.

Esse momento da República significou a tentativa de o Exército, apoiado por setores da pequena burguesia, manter o controle do aparelho do Estado. O objetivo era a implantação de uma república modernizadora, nacionalista e antioligárquica. O projeto, porém, não conseguiu agregar as bases sociais de apoio necessárias, e o Exército logo viu frustrado o seu sonho.

Diversos fatores contribuíram para a instabilidade política dos primeiros anos da República, que se refletia nos Estados com igual intensidade. Deodoro sofreu forte oposição e logo viu a sua gestão desmoralizar-se publicamente por revelações sobre negociações envolvendo o seu governo. Desgastado, o governo começou a sofrer críticas até de membros do Exército, o seu principal setor de sustentação, e, em pouco tempo, o clima de conflito contaminou as Forças Armadas. Numa última tentativa de superar a crise, em 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio. Vinte dias depois rebelou-se, no Rio de Janeiro, a esquadrada comandada pelo contra-almirante Custódio de Melo. Embora tivesse elementos para resistir, Deodoro decidiu renunciar.

Assumiu o vice-presidente Floriano Peixoto, que havia incorporado o radicalismo pequeno-burguês e, assim, emprestou forte coloração popular ao regime, necessária à sua manutenção no cargo. Várias medidas foram tomadas pelo marechal Floriano Peixoto, nos planos social e econômico, para satisfazer às camadas médias da sociedade. O poder adquirido pelos militares era, para a oligarquia cafeicultora ligada à exportação, um obstáculo à criação de instrumentos de defesa da concentração de renda.

A luta contra Floriano Peixoto não foi uma tentativa de desmantelamento da República, mas uma tentativa de a oligarquia despojar do poder os militares e voltar a utilizar o aparelho de Estado para a defesa dos seus interesses. A instabilidade da gestão de Floriano Peixoto acabou por provocar dois grandes levantes – a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e o Levante da Armada no Rio de Janeiro –, que só não alcançaram os seus objetivos devido à energia e à violência com que foram combatidos pelo marechal.

Foi sob esse clima tenso que a República começou a desenhar-se. E em meio aos inúmeros conflitos forjaram-se as primeiras instituições republicanas, entre elas o Poder Judiciário. Novíssimo instrumento da democracia brasileira que ensaiava esboçar-se, a Justiça foi muitas vezes atingida, ameaçada e destituída.

Dissolução do Tribunal

No ano de 1892, a Relação da Justiça, como voltou a chamar-se o Superior Tribunal de Justiça, ocupava-se normalmente dos seus julgados quando foi alvo de um dos atos mais violentos e arbitrários praticados pelo então presidente da província (nova designação do cargo de governador), tenente Manoel Joaquim Machado.

Tudo começou em Blumenau, no dia 8 de abril de 1893. No calor das divergências políticas da época, ocorreu um conflito em que estavam envolvidos o doutor Hercílio Pedro da Luz – chefe do Comissariado de Terras – e pessoas da cidade. Foi instaurado processo criminal em que Hercílio Luz e outros acusados foram pronunciados pelo chefe de polícia Francisco Vieira Caldas, por tentativa de homicídio. Relata o desembargador Marcílio Medeiros que houve recurso e que o Tribunal da Relação decidiu que o julgamento competia ao presidente do órgão, e não ao plenário.

O desembargador José Roberto Vianna Guilhon, presidente, deu provimento ao recurso para desclassificar a infração para lesões corporais leves, deixando de decidir sobre o delito por ser da esfera do Tribunal Correicional. Mandou soltar os recorrentes e remeter certidões dos autos ao promotor da comarca para os fins de lei.

No mesmo dia, à tarde, o presidente da Província dissolveu a Corte e, em substituição aos demitidos, nomeou desembargadores os doutores José Ferreira de Mello, Pedro Gordilho, Antônio Geraldo Teixeira, Umbelino de Sousa e Francisco Antônio Vieira Caldas, este o prolator da pronúncia.

O ato repercutiu rapidamente em todo o Estado e na capital da República, onde os parlamentares catarinenses protestaram. Guilhon e os seus pares lançaram enérgico manifesto denunciando a situação: “A ilegal resolução de 8 do corrente, desconhecendo a vitaliciedade de nossos cargos, atentou também contra a autonomia do Poder Judiciário do Estado, representado pelo seu mais alto Tribunal, ao qual assim o tenente Machado houve por bem desconsiderar e punir, de modo violento, arbitrário e descomunal, em represália à decisão dada pelo primeiro dos abaixo-assinados, em provimento ao recurso voluntário da pronúncia decretada na vila de Blumenau pelo chefe de Polícia Vieira Caldas

contra o doutor Hercílio Luz e outros, porque exatamente aparece tal resolução à tarde do dia em que pela manhã fora publicada a decisão do recurso [...]. Ao excelentíssimo senhor Presidente da República dirigimo-nos por telegrama, requisitando a sua constitucional intervenção para restabelecimento da ordem legal e da tranquilidade no Estado”.

No Rio de Janeiro, Esteves Júnior e Luís Delfina, senadores por Santa Catarina, e Felipe Schmidt e Lauro Müller, deputados federais, protestaram através da imprensa.

Floriano Peixoto esquिवou-se de interferir na questão. Em consequência, a Relação da Justiça voltou a funcionar, agora sob a presidência do desembargador José Ferreira de Mello, e desse modo continuou até 22 de abril de 1894.

A reconstituição

Depois de haver dissolvido o Superior Tribunal de Justiça, o governador Manoel Joaquim Machado rompeu com Floriano Peixoto, denunciando-o, em 24 de abril de 1893, como anarquizador e subversivo. Também responsabilizou Floriano Peixoto pelo sangue que viesse a correr em Santa Catarina.

Em manifesto divulgado à população, o então governador deixou claros não só o rompimento com o governo central, mas também a forma dúbia como agia politicamente, ao receber com simpatia os federalistas vindos do Rio Grande do Sul. Os tempos eram muito tensos. Manoel Joaquim Machado acabou forçado a transmitir o governo ao segundo vice-presidente, Eliseu Guilherme, depois de ter sido pronunciado em razão de denúncias formuladas pelo deputado Felipe Schmidt.

Ao lado de outras lideranças, entre elas o juiz de direito de Tijucas, Genuíno Firmino Vidal Capistrano, Hercílio Luz resistiu e acabou ocupando o Palácio do Governo e outras repartições públicas, onde instalou o governo paralelo. Eliseu Guilherme comunicou os fatos ao governo federal e pediu asilo à Capitania dos Portos. Porém, em 2 de agosto, Floriano Peixoto fez publicar no Diário Oficial da União uma declaração na qual afirmava que o governo da República não reconhecia o governo revolucionário aclamado. Ao mesmo tempo, exonerou Hercílio Luz do cargo federal que ocupava na Diretoria de Terras.

Mais tarde, os republicanos abandonaram o Palácio do Governo e a Capital do Estado. No dia 25, Eliseu Guilherme embarcou para o Rio de Janeiro, onde acabou preso na eclosão da Revolta da Armada. Em todo o território catarinense desencadeara-se um banho de sangue. As forças revolucionárias já não se entendiam, e os chefes, obstinados em razão das disputas locais, não percebiam que a inicial simpatia da população pelo movimento desaparecera por completo, transformada em pânico diante dos excessos cometidos.

Em 8 de abril de 1894, a esquadra legalista do almirante Jerônimo Gonçalves chegou a Porto Belo. Foi torpedeado o único navio eficiente que ainda possuía o governo da Junta de Santa Catarina. Em 19 de abril, o navio Itaipu chegou ao porto do Desterro, com 500 praças do 7º e do 23º Batalhão de Infantaria. Comandava a embarcação o

coronel Antônio Moreira César, que assumiu o governo do Estado por ordem de Floriano Peixoto, no dia 22.

Dois dias depois de assumir o governo, Moreira César assinou decreto nomeando desembargador do Superior Tribunal de Justiça o juiz Genuíno Firmino Vidal Capistrano, porém não há registros da data da sua posse.

Escreveu o historiador Osvaldo Rodrigues Cabral que, “insuflado por espíritos perversos da Capital e do Rio, Moreira César instalou o terror em Santa Catarina. [...] Fez prender e recolher à Fortaleza de Santa Cruz os apontados como inimigos da legalidade, até mesmo os que não haviam participado da revolução. [...] As denúncias, as delações se sucediam com frequência e Santa Catarina conheceu as páginas mais negras de sua história. As fortalezas se congestionaram de prisioneiros, uns que se não puderam exilar ou esconder à fúria sanguinária dos vencedores, outros que se não haviam por culpados e ainda. outros que, tendo buscado refúgio no interior da Ilha, nas casas de amigos ou nos matos, foram denunciados pela perversidade dos adversários, no seu incontido e desumano ódio partidário”.

Entre as vítimas de Moreira César e Floriano Peixoto, fuziladas na fortaleza de Santa Cruz, estavam membros do Poder Judiciário. As razões ainda não foram desvendadas pelos historiadores. Não se sabe se foram envolvidos em delações, vinditas ou pressões políticas, se eram executados pelas suas relações políticas com o tenente Joaquim Manoel Machado e/ou por terem pertencido ao seu governo. Foram eles o juiz de direito Joaquim Lopes de Oliveira e o desembargador Francisco Vieira Caldas, que havia sido designado para o então Tribunal da Relação como procurador da soberania do Estado. Além deles, foram fuzilados o procurador seccional Carlos Guimarães Passos e o escrivão Miguel Cercal.

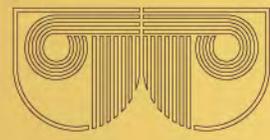
Em meio a tantos atos de violência, o coronel Moreira César, num manuscrito de 1894, cujos termos foram reproduzidos na Resolução nº 988, decidiu reconstituir o Tribunal na sua forma original, de 1891. Anulou, então, o decreto através do qual o governador Joaquim Machado dissolvera o primeiro Tribunal catarinense. No ato de revogação, Moreira César determinou que fossem reempossados os desembargadores destituídos e mantido na presidência o desembargador José Roberto Vianna Guilhon.

Os desembargadores que compunham o Tribunal da Relação, criado pelo governador Joaquim Machado para substituir o Superior Tribunal de Justiça, não foram afastados. Dali em diante, os desembargadores José Ferreira de Melo, ex-presidente da Relação, Pedro dos Reys Gordilho, Antônio Geraldo Teixeira e Umbelino de Sousa Marinho assentaram-se com os reintegrados.

No dia 20 de abril de 1894, o Superior Tribunal de Justiça voltou a reunir-se. Curiosa, no entanto, é a ata da sessão daquele dia, que, ignorando todos os acontecimentos do último ano, volta a ser escrita sem mencionar a razão para a lacuna existente entre a 147ª e a 148ª sessão ordinária do Tribunal. Isso foi possível porque o Tribunal da Relação, criado pelo governador Joaquim Machado, utilizou-se de outro livro de atas enquanto atuou.

(SANTA CATARINA, 2001, p. 44-51)





Capítulo 3

Capítulo 3



Capítulo 3

**Sede do Tribunal de Justiça
de Santa Catarina, localizada
na Rua Trajano (1895-1908).
DE SETEMBRO A NOVEMBRO:
TREZE ANOS.**



Em setembro de 1895, a sede do Poder Judiciário se transferiu para o final da primeira quadra ao lado da Praça XV, entre a Rua Felipe Schmidt e o cruzamento das Ruas Trajano e Conselheiro Mafra.

Na Rua Trajano, ocupou o andar superior de um sobrado de n. 2 e lá permaneceu por 13 anos, até setembro de 1908.

Até o século passado, a Rua Trajano, uma das principais vias da região central da Capital, era chamada de Rua do Livramento, em homenagem a Nossa Senhora do Livramento.

O seu entorno foi um lugar de muito movimento, nas proximidades do Ponto Chic, do Senadinho e do Hotel Majestic.

Atualmente, toda a sua extensão, de 400 metros, é calçada para pedestres e liga a Igreja Nossa Senhora do Rosário ao Largo da Alfândega.

Muito pouco ainda temos registrado sobre esse período de 13 anos transcorridos na sede do Superior Tribunal de Justiça, o que demandará uma pesquisa minuciosa.

Por ora, transcreve-se excerto da obra do desembargador Tycho Brahe:

Consoante os termos da ata referente à sessão do dia 27 de setembro de 1895, o Superior Tribunal de Justiça já estava funcionando “no edifício, ..., à rua Trajano.

As atas não fornecem qualquer pista capaz de permitir o conhecimento da data em que ocorreu a mudança para este imóvel. Todavia, ante o reduzido número de magistrados e de funcionários, é plausível concluir que a mesma tenha sido levada a efeito no mês de setembro daquele ano.

No período em que o Superior Tribunal de Justiça esteve sediado “no prédio ... à rua Trajano”, ou seja, de setembro de 1895 a novembro de 1908, a Presidência da Corte foi exercida pelos Desembargadores José Roberto Viana Guilhon, Antero Francisco de Assis e Domingos Pacheco d’Ávila.

Pelos termos da certidão que se encontra às folhas 81v., do Livro de Atas nº 7 correspondente aos anos de 1908 a 1910, vê-se “que deixou de haver sessão no Superior Tribunal de Justiça nos dias três e seis do corrente mês por achar-se este em mudança para o novo prédio. Florianópolis, 6 de novembro de 1908. (FERNANDES NETO, 2000, p. 325-326)

Nesta sede atuaram cinco desembargadores, entre os quais, por ordem alfabética:

Antero Francisco de Assis

Felisberto Elysio Bezerra Montenegro

José Virgolino Correia de Queiroz

Manoel Cavalcante de Arruda Câmara

Vasco Albuquerque Gama

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>	<i>SEDE</i>
12	Antero Francisco de Assis	23/7/1897	1º/4/1910	Rua Trajano
13	Felisberto Elysio Bezerra Montenegro	3/1/1898	11/2/1910	
14	Manoel Cavalcante de Arruda Câmara	22/5/1900	9/10/1935	
15	José Virgolino Correia de Queiroz	10/5/1901	3/12/1901	
16	Vasco Albuquerque Gama	20/3/1902	17/12/1920	

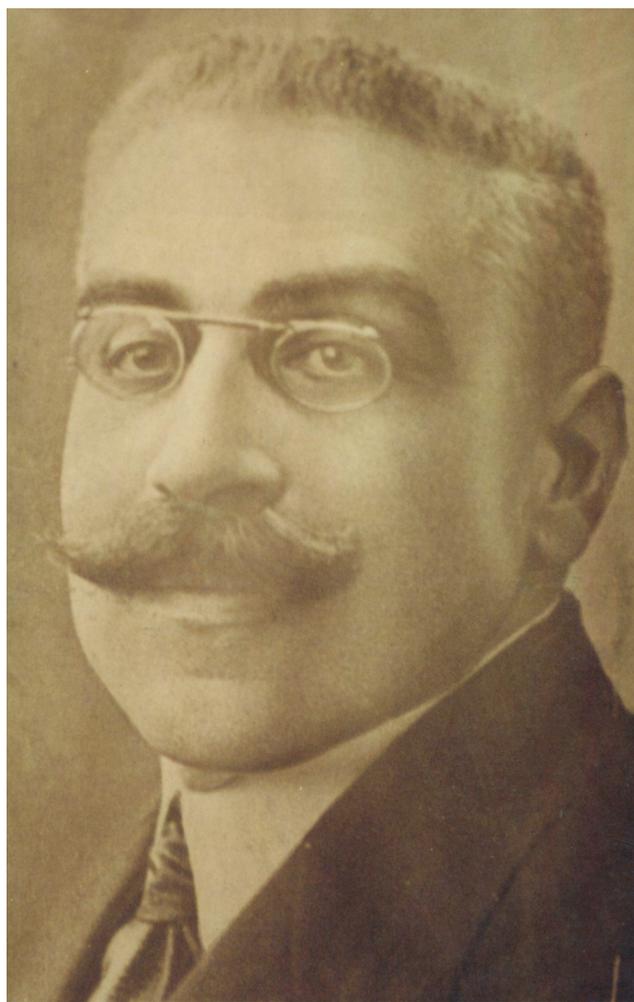
Na sequência se apresentam a biografia dos desembargadores e algumas fotos.



Desembargadores
Desembargadores

Desembargador

Antero Francisco de Assis





Antero Francisco de Assis

Local e data de nascimento: Cachoeira (BA), 4/1/1860.

Filiação: Norberto Francisco de Assis e Firminia Ribeiro de Assis.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 5/11/1881.

Experiência profissional: foi nomeado para prefeito de polícia do Estado de Santa Catarina (SC) em 15/12/1895. Em 1916 foi deputado junto ao Congresso da Bahia (BA).

Posse no cargo de desembargador: 23/7/1897.

Trajetória na magistratura catarinense: foi juiz de direito da Comarca de Joinville (SC) e em 4/10/1891 assumiu o exercício na Comarca de Tijucas (SC). Por meio da Resolução n. 547 de 28/4/1892, foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Lages (SC) e assumiu o exercício em 1º/5/1892. Já em 13/7/1892 foi removido dessa Comarca para a de São Miguel (SC) e assumiu o exercício do cargo em 21/7/1892. Em 22/10/1892 foi removido, a seu pedido, para a Comarca de Joinville (SC), onde assumiu somente em 22/11/1892. Em 1894 foi removido, a seu pedido, da Comarca de Joinville para a de Tijucas, onde assumiu o cargo em 4/6/1894. Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça no período de 2/2/1900 a 20/10/1902.

Aposentadoria/Desligamento: 1º/4/1910.

Falecimento: 8/7/1943.

Outros: aposentadoria concedida por ato, visto ter sido julgado inválido na inspeção de saúde a que foi submetido (FERNANDES NETO, 2000, p. 229).



Fontes:

Faculdade de Direito do Recife – Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife (1828-1931). Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2934417/Registro+de+diplomas+de+bachar%C3%A9is+1881+-+1894.pdf/a206c152-488c-4fee-96c0-d5033687ec47>. Acesso em: 3 out. 2022.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. História do judiciário catarinense. Florianópolis: Diploma Legal, 2000, p. 229.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 93. p. 2, 30 de ago. 1915; ed. n. 101. p. 1, 8 de set. 1915; ed. n. 472. p. 1, 3 de dez. 1916; ed. n. 473. p. 1, 5 de dez. 1916; ed. n. 510. p. 1, 18 de jan. 1917.

República, Florianópolis, ed. n. 720. p. 1, 11 de jun. 1892; ed. n. 725. p. 2, 18 de jul. 1892; ed. n. 48. p. 3, 19 de jun. 1894; ed. n. 231. p. 1, 11 de out. 1895; ed. n. 254. p. 1, 16 de out. 1895; ed. n. 159. p. 2, 22 de jul. 1896; ed. n. 52. p. 2, 4 de mar. 1899; ed. n. 40. p. 2, 6 de jan. 1900; ed. n. 64. p. 1, 3 de fev. 1900.



Desembargador

Felisberto Elysio Bezerra Montenegro





Felisberto Elysio Bezerra Montenegro

Local e data de nascimento: Maceió (AL), 22/8/1851.

Filiação: Manoel Januário Bezerra Montenegro e Rita Bezerra Montenegro.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 7/11/1879.

Experiência profissional: em 1821 foi juiz de direito da Comarca de Baião, no Estado do Pará (PA).

Posse no cargo de desembargador: 3/1/1898.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1882 foi juiz municipal da Comarca da Capital. Foi também nesse mesmo ano juiz de direito interino da Comarca da Capital. Em 1890 esteve no cargo de juiz de direito interino na Comarca de São José (SC), porém deixou o exercício deste, por ter sido nomeado para juiz de direito da Comarca de Baião, no Pará (PA). Por meio da Resolução n. 285 de 25/8/1891, foi nomeado pelo vice-governador do Estado para juiz de direito. Foi nomeado para procurador-geral do Estado em 8/2/1897 e assumiu o exercício do cargo no dia 11 do mesmo mês e ano. Assumiu como desembargador interino em 1894. Nomeado para desembargador em 30/12/1897, assumiu o exercício do cargo em 3/1/1898. Em 3/1/1898 assumiu o exercício do cargo de procurador-geral do Estado interino. Foi eleito vice-presidente em 1º/2/1900, cargo que assumiu no dia 2 do mesmo mês e ano.

Aposentadoria/Desligamento: 11/2/1910; foi aposentado pelo governador Gustavo Richard, por meio do Decreto n. 526.

Falecimento: 16/2/1927, Rio de Janeiro (RJ).

Outros: morava na Rua Esteves Júnior, n. 36.

Fontes:

Jornal do Comercio, Florianópolis, ed. n. 272. p. 2, 29 de nov. 1882; ed. 280, p. 1, 3 de dez. 1884; ed. n. 222. p. 1, 18 de nov. 1888; ed. n. 76. p. 1, 21 de mai. 1891.

Legalidade, São Bento, ed. n. 18. p. 1, 4 de set. 1900.

República, Florianópolis, ed. n. 313. p. 1, 19 de dez. 1890; ed. n. 524. p. 1, 29 de ago. 1891; ed. n. 115, 7 de set. 1894. p. 1; ed. n. 127. p. 1, 23 de set. 1894.



José Virgolino Correia de Queiroz

Local e data de nascimento: Rio Grande do Norte (RN), 1861.

Filiação: José Ignacio Correia de Queiros e Josepha Leopoldina Bandeira de Queiros.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1874.

Experiência profissional: ?

Posse no cargo de desembargador: 10/5/1901.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1883 já era juiz municipal da Comarca de São Miguel (SC), atual Biguaçu. Foi também nomeado para juiz de direito de Araranguá (SC), por meio do Decreto n. 184 de 19/8/1891, e tomou posse em janeiro de 1892. Em 1901 foi nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça, porém acabou falecendo em dezembro do mesmo ano, durante o expediente.

Aposentadoria/Desligamento: faleceu durante o exercício da profissão, não se aposentou.

Falecimento: 3/12/1901, Florianópolis (SC).

Outros: a Prefeitura Municipal de Araranguá (SC) está localizada na “Rua Dr. Virgolino de Queiróz, 200, centro”. Morreu subitamente durante uma sessão no Tribunal. Era casado com Maria Angela de Moraes Monteiro.

Fontes:

“Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999”, via FamilySearch Josepha Leopoldina Bandeira de Queiros in entry for José Virgolino Correia de Queiros, 1891. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:D946-QWMM>. Acesso em: 4 ago. 2022.



Faculdade de Direito de Recife – Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife (1828-1931). Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/590249/2513106/Registro+de+cartas+e+diplomas+de+bacharéis+\(1911-1925\).xlsx.pdf/b789f6d1-39a3-4e71-aa31-87578a126bb7](https://www.ufpe.br/documents/590249/2513106/Registro+de+cartas+e+diplomas+de+bacharéis+(1911-1925).xlsx.pdf/b789f6d1-39a3-4e71-aa31-87578a126bb7). Acesso em: 30 set. 2022.

Jornaleco, Araranguá, ed. 531, fev.-mar./2021. Disponível em: https://issuu.com/jornaleco/docs/jornaleco_531_fev-mar_2021. Acesso em: 25 set. 2022.

Jornal Progresso, Itajaí, ed. n. 50, 14 de dez. 1901. p. 1.

Regeneração, Florianópolis, ed. n. 193. p. 1, 5 de set. 1885; ed. n. 232. p. 1, 29 de out. 1885.

República, Florianópolis, ed. n. 524. p. 1, 29 de ago. 1891; ed. n. 92. p. 1, 9 de mar. 1900; ed. n. 17. p. 2, 10 de dez. 1901.





Manoel Cavalcante de Arruda Câmara

Local e data de nascimento: Campina Grande, Paraíba (PB), 18/4/1859.

Filiação: Tenente-Coronel Eufrázio de Arruda Câmara e Joaquina Teófila Cavalcanti de Arruda.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 1886.

Experiência profissional: foi nomeado para promotor público na cidade paraibana de Catolé do Rocha (PB). Exerceu o cargo de chefe de polícia diversas vezes.

Posse no cargo de desembargador: 25/5/1900 ^[1].

Trajetória na magistratura catarinense: em 1890 foi nomeado para exercer por quatro anos o cargo de juiz municipal da Comarca de Blumenau (SC). Exerceu também na Comarca de São Bento (SC) o cargo de juiz de direito, em 1892. Em 8/10/1895 foi removido do cargo de juiz de direito da Comarca de São Miguel (SC) para a Comarca de Joinville (SC). Em 15/10/1895 pediu exoneração do cargo de prefeito de polícia, transferindo-se para a Comarca de Blumenau (SC) e assumindo o cargo de juiz de direito, onde permaneceu até maio de 1900. Em 2/5/1900 foi nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Aposentadoria/Desligamento: 9/10/1935.

Falecimento: 26/5/1942, Rio de Janeiro (RJ).

Outros: transferiu sua residência, em junho de 1892, para o Estado de Santa Catarina, no Município de São Bento do Sul. Foi casado com Maria Augusta Neiva de Arruda Câmara. Era filho de um importante tenente-coronel, chefe do Estado Maior da Guarda Nacional de Campina Grande. Teve influência no partido conservador.

[1] Ato de nomeação e ata de posse estão ao final da edição.



Fontes:

“Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012 via FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6777-27B?cc=1582573&wc=9GR2-JWT%3A113334201%2C149603201%2C152330801>. Acesso em 11 out. 2022.

A Legalidade, Florianópolis, ed. n. 11. p. s/n. 12 de jun. de 1892.

ARAÚJO, Claudete Cavalcanti. Des. Dr. Manoel Cavalcanti de Arruda Camara. Geni. [S.l.] 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Manoel-Cavalcanti-de-Arruda-Camara/6000000081737716121>. Acesso em: 3 out. 2022.

ARAUJO, Magno José de Sá. Famílias sertanejas: genealogia de famílias do sertão nordestino. [Pernambuco, 20--?]. Disponível em: <https://www.araujo.eti.br/descend.asp?numpeessoa=26375#pessoa26386>. Acesso em: 3 out. 2022.

Faculdade de Direito do Recife – Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife (1828-1931). Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2934417/Registro+de+diplomas+de+bachar%C3%A9is+1881+-+1894.pdf/a206c152-488c-4fee-96c0-d5033687ec47>. Acesso em: 11 out. 2022.

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. História do Judiciário catarinense. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 482 p.

LISTA geral dos estudantes inscriptos nas aulas da Faculdade de Direito do Recife no anno de 1885. Pernambuco: Typografia Industrial, 1885. Disponível em: <https://docplayer.com.br/114859018-htm.html>. Acesso em: 3 out. 2022.

República, Florianópolis, ed. n. 176. p. 3, 25 de jun. 1890; ed. n. 228. p. 1, 8 de out. 1895; ed. n. 254. p. 1, 16 de out. 1895; ed. n. 264. p. 1, 21 de nov. 1899; ed. n. 338. p. 1, 12 de ago. 1900; ed. n. 154. p. 1, 24 de mai. 1900; ed. n. 467. p. 6, 11 de out. 1935.



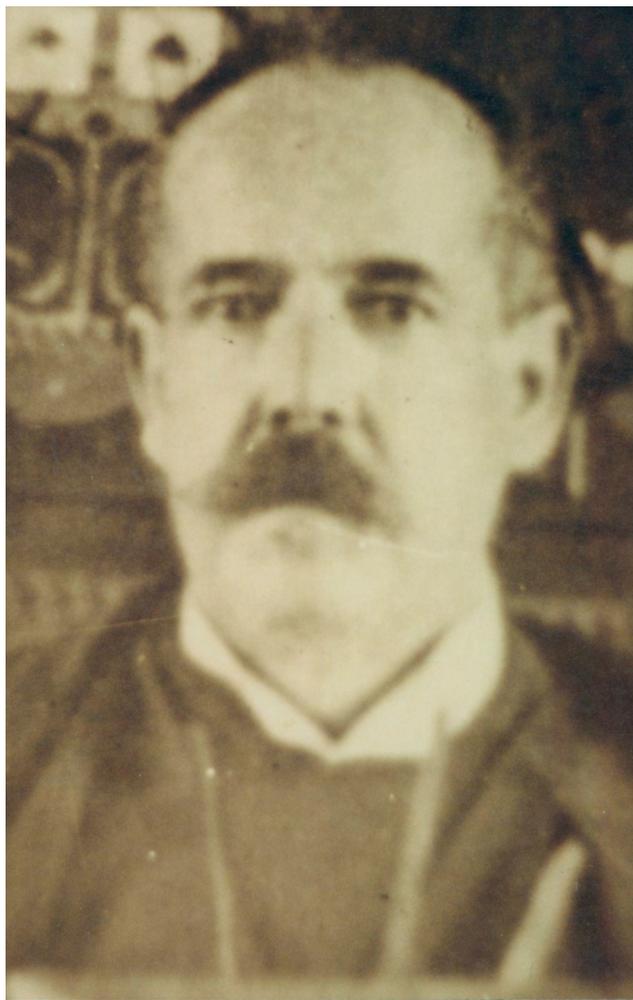
SILVA, Doralice Amancio da. Eufrásio (S) de Arruda Câmara: um estudo de caso das relações de poder das elites locais na Parahyba (1850-1923). 2017. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15163/1/PDF%20-%20Doralice%20Amancio%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Wallace Ferreira de. Famílias, território e espiritualidades: uma etnografica de Caiana dos Crioulos – PB. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/1327/1/WALLACE%20FERREIRA%20DE%20SOUZA%20-%20TESE%20PPGCS%202014.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022



Desembargador

Vasco Albuquerque Gama





Vasco Albuquerque Gama

Local e data de nascimento: Recife (PE), 27/5/1866.

Filiação: Flávio de Albuquerque Gama e Albina de Albuquerque Gama.

Formação: Faculdade de Direito do Recife (PE), 16/12/1889.

Experiência profissional: foi nomeado, em 1893, para capitão-comandante da Guarda de Infantaria de Lages (SC). Foi secretário do Interior e Justiça, cargo em que permaneceu até 3/1/1920, sendo exonerado a pedido, por meio da Resolução n. 2.471, de janeiro de 1920.

Posse no cargo de desembargador: 20/3/1902.

Trajetória na magistratura catarinense: foi o primeiro juiz de direito da Comarca de São Bento do Sul (SC), cargo no qual tomou posse em 3/10/1890, nele permanecendo até ser extinto o lugar. Em 26/8/1891 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Curitibaanos (SC), sendo removido para a nova comarca de São Bento por meio da Resolução n. 325, de 7/10/1891. Porém, em 16/3/1892 foi removido para a Comarca de São Joaquim (SC) por meio da Resolução n. 547 de 28/4/1892, assumindo o exercício em 31 de maio do mesmo ano. Em 22/1/1895 foi removido da Comarca de São Joaquim da Costa da Serra (SC) para a de Brusque, assumindo o exercício em 12/2/1895. Em 10/6/1895 foi removido da Comarca de Brusque (SC) para a de São Francisco do Sul (SC), assumindo em 2/7/1895 e permanecendo até 15/2/1902. Sua escolha para ser desembargador do Superior Tribunal de Justiça ocorreu por ato de 12/2/1902, e a posse no cargo se deu em 20/3/1902. Foi eleito vice-presidente em 17/12/1908 e presidente em dezembro de 1909, assumindo em janeiro de 1910 e sendo sucedido em 1913 por Antonio Wanderley Navarro Pereira Lins, porém em dezembro de 1917 voltou à presidência, onde permaneceu até 17/12/1920. Deixou o cargo de desembargador, por ter sido nomeado, por meio da Resolução n. 2311, de 15/12/1920, para secretário do Interior e Justiça, cargo em que permaneceu até 22/1/1920, sendo exonerado a pedido, por meio da Resolução n. 2.471, de janeiro de 1920.



Aposentadoria/Desligamento: 17/12/1920.

Falecimento: 29/4/1922.

Outros: morava na Rua Demetrio Ribeiro, n. 44. Veio para Santa Catarina em junho de 1890. Foi casado com Helena Alma Edwirges Richter.

Fontes:

República, Florianópolis, ed. n. 571. p. 2, 25 de out. 1891; ed. n. 131. p. 1, 11 de jun. 1895; ed. n. 231. p. 2, 11 de out. 1895; ed. n. 92. p. 1, 9 de mar. 1900; ed. n. 432. p. 2, 10 de mar. 1920; ed. n. 683. p. 3, 22 de jan. 1921; ed. n. 790. p. 2, 2 de jun. 1921; ed. n. 1.046. p. 2, 30 de abr. 1922.





Anexos



Anexos

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Terceira sede do Tribunal de Justiça</i>	36
<i>Foto do desembargador Antero Francisco de Assis</i>	37
<i>Foto do desembargador Felisberto Elysio Bezerra Montenegro</i>	38
<i>Foto do desembargador Vasco Albuquerque Gama</i>	39

ATA

<i>Ata de posse (termo de promessa) do desembargador Manoel Cavalcanti de Arruda Câmara</i>	40
---	----

JORNAIS

<i>Jornal República, de 10 de maio de 1900</i>	41
--	----

Terceira sede do Tribunal de Justiça



Foto do desembargador Antero Francisco de Assis

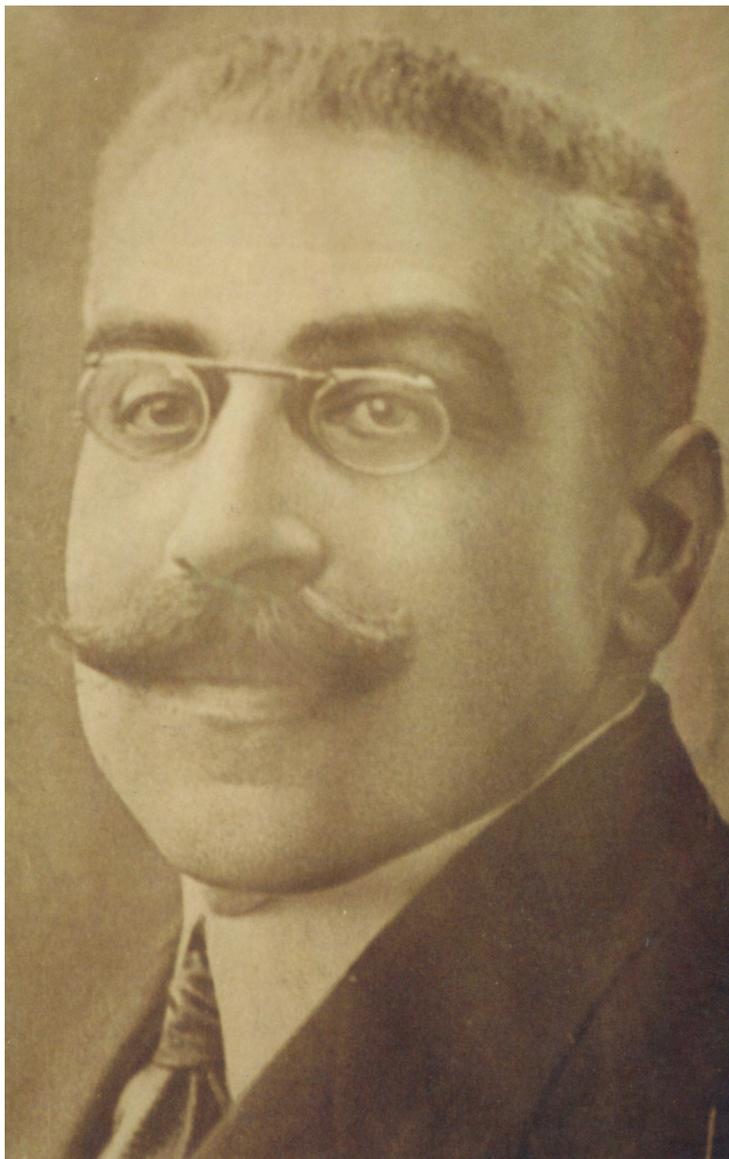
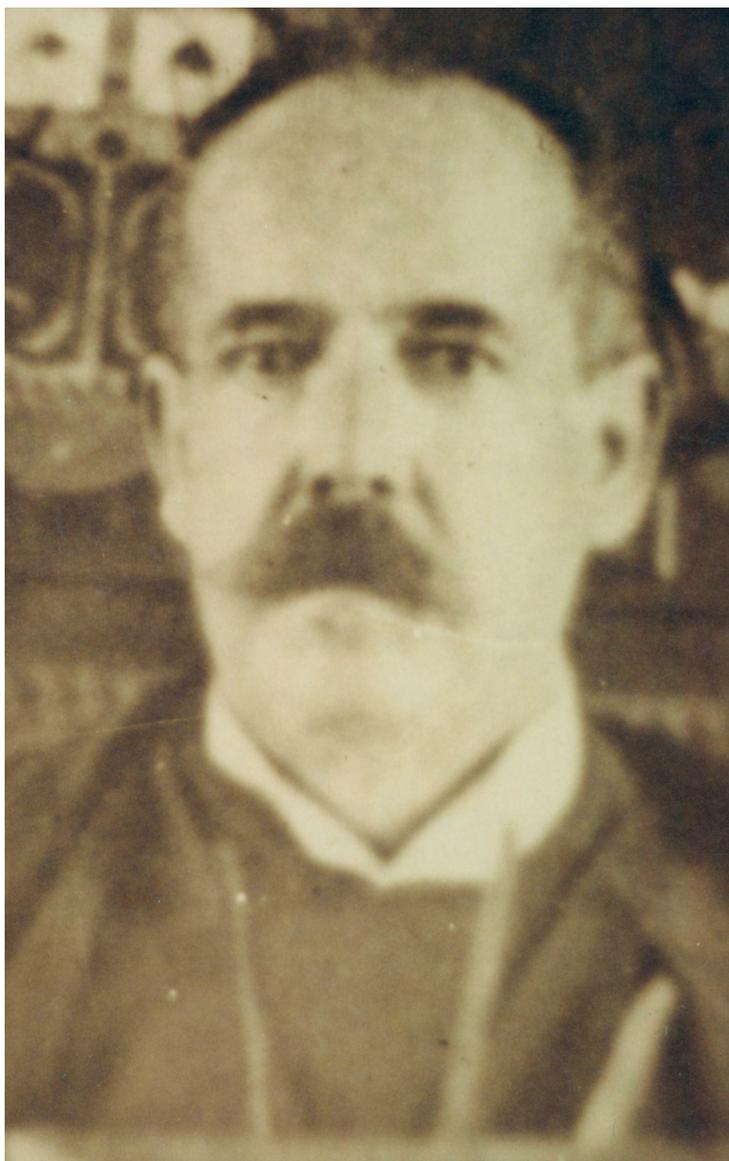


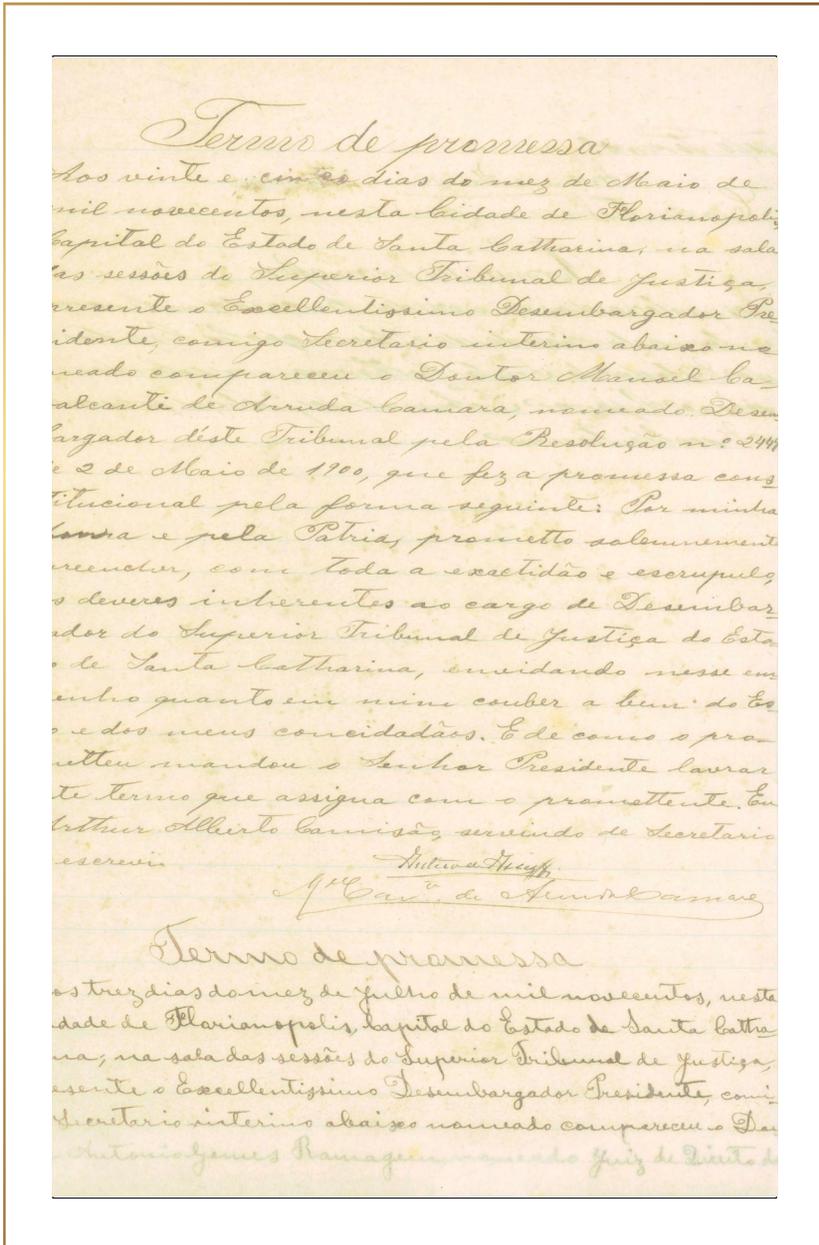
Foto do desembargador Felisberto Elysio Bezerra Montenegro



Foto do desembargador Vasco Albuquerque Gama



Ata de posse (termo de promessa) do desembargador Manoel Cavalcanti de Arruda Câmara





Referências Bibliográficas



Referências Bibliográficas

LIVROS

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. *História do judiciário catarinense*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 482 p.

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Memórias dos 110 anos*. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p., Coord. Orivalda Lima Silva

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991*. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.

JORNAIS

Jornal do Comercio (Florianópolis)

Jornal Progresso (Itajaí)

Legalidade (São Bento do Sul)

O Estado (Florianópolis)

Regeneração (Florianópolis)

República (Florianópolis)

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense

Arquivos fotográficos dos desembargadores



Composição da atual gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Desembargador João Henrique Blasi – Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes - – Juiz Auxiliar
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França - – Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo
Marcílio Bagatín Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação
Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juiza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo
Juiz de Direito Rafael Sandi - Núcleo Financeiro
Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais : Projeto gráfico, editoração eletrônica